

# MUSEU DA PESSOA

## História

### Um Mundo Melhor para Todos

História de: [Wilson Valério da Rosa Lopes](#)

Autor: [Kathleen Loureiro Reis](#)

Publicado em: 17/08/2021

### Sinopse

Valério acredita num mundo mais igual para todos, para isso é necessário que um conjunto de pessoas lute pelos seus direitos, como escolas; saneamento básico entre outros. Assim, com a ajuda de organizações como a Conam, onde conseguiu cargos importantes, ele e sua equipe, conseguiu lutar para reivindicar, não só, questões básicas como direito a educação, mas também, como moradia adequada para todos os brasileiros. Wilson nos conta como conseguiu conquistar uma série de liberdades passando por desigualdades sociais e preconceitos.

### Tags

- [Diretas Já](#)
- [Impeachment](#)
- [Direito Social](#)
- [Conam](#)
- [AIH](#)
- [Fórum Urbano](#)
- [Movimento Comunitário](#)
- [Confederação Nacional dos Moradores](#)
- [Preconceito](#)

### História completa

Projeto Memória de Habitantes  
Realização Museu da Pessoa  
Depoimento de Wilson Valério Lopes  
Entrevistado por Thiago Majolo  
Rio de Janeiro, 23/03/2010  
FUM\_HV009  
Transcrito por Arianna Sassaroli  
Revisado: Lara Eloiza Dan Della Mura

P – Então, a primeira coisa, Valério, quero seu nome completo, o local e data de nascimento.

R – Wilson Valério da Rosa Lopes, eu nasci em Passo Fundo, em 02 de julho de 1962.

P – Queria perguntar qual a sua organização, trabalho e o que você faz lá dentro?

R – Olha, eu sou do Movimento Comunitário Brasileiro, fui presidente da associação de bairro onde eu morava, em Porto

Alegre, por duas gestões, depois militei na União Municipal de Porto Alegre; depois na Federação Estadual do Rio Grande do Sul e depois vim para a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), a partir do ano 2000. Atualmente, eu sou presidente da Federação Gaúcha de Ação de Moradores, chamada Fegam. Esse é um pouco da história que começa lá por volta de 1991 e 1992. Quando eu começo a me engajar definitivamente no Movimento Comunitário. Já fui secretário geral da Conam, diretor de relações internacionais da Conam e, atualmente, sou vice-presidente da Confederação Nacional de Moradores.

P – É claro que você tem muita atuação em vários papéis diferentes como vice-presidente, mas qual seria o seu papel hoje em dia? Qual é a articulação na Conam, como é que funciona o trabalho para a gente entender um pouco melhor.

R – Nós temos uma visão que a sociedade só muda e só consegue conquistas se tu conseguires fazer com que as pessoas, nos seus locais de moradia, tenham demandas por saneamento, por saúde, por habitação, por transporte. Um conjunto de demandas que atingem as populações que moram nos locais. Seja no Rio Grande do Sul, seja no Acre, seja no Pará, as pessoas têm deficiências, daí que surge o Movimento Comunitário Brasileiro e o movimento comunitário local. O primeiro passo para isso é um grupo de moradores que se juntam para reivindicar alguma coisa: uma escola, uma creche; aquilo se transforma no embrião. Aquele embrião se transforma numa construção de outras reivindicações; as pessoas se sentem mais fortalecidas para fazer isso, se dão conta que sozinhas não vão resolver seus problemas; então, elas se juntam na Associação de Moradores. É um movimento que cresce a partir do momento da redemocratização do Brasil. No Rio Grande do Sul tem uma trajetória desde 1950, 1951 e 1952, que já tinha a associação de amigos da Beira da Praia, por exemplo. Depois, tem uma Federação Estadual em Porto Alegre que foi criada nesse período, depois tínhamos o período da ditadura, a partir de 1964. Este movimento ressurgiu a partir de 1977 com o Panelaço, que foi um movimento que aconteceu no Brasil inteiro. Uma das entidades que puxavam este movimento foi a Federação Estadual. E começa a luta por redemocratização. A nossa participação importante nas Diretas Já, a nossa participação nos processos de *impeachment*, inclusive do presidente. E tudo isso porque nós criamos esse...eu digo nós, porque a gente terminou juntando as questões locais com as questões regionais e compreendemos que esta questão era muito maior ainda, que era de um comprometimento nacional. Foi aí que, a partir de 1984, criamos a Conam. Eu tenho participado deste processo há muito tempo, não participei da criação da Confederação, mas participei, acompanhei, ao largo. Sempre tive simpatia por isso, porque sempre achei que o movimento só consegue as suas conquistas, inclusive por democracia, se ele tiver unidade de ação para discutir saúde, essas coisas todas que a gente falou aqui.

P – E das questões que você falou, regionais, das cidades, quais são as grandes questões agora, os desafios que estão enfrentando, as propostas que estão levando...

R – Nós avançamos muito no Brasil, inegavelmente, no último período. Passamos os anos de 1970 e 1980 lutando por democracia. Nos anos de 1990 lutando contra o neoliberalismo, e, nos anos 2000, estamos afirmando direitos, né? Não é pouco a Política de Criança e do Adolescente, não é pouco a política que estamos construindo no Conselho Nacional da Cidade, a Política Nacional de Habitação, a Política Nacional de Saneamento. Quando eu falo “nós” é porque não sou só eu, é um conjunto de gente que está ajudando a construir a Política dos Resíduos Sólidos, que é uma política importantíssima, porque como é que era no Brasil? As grandes empresas vendiam os produtos e não tinha uma política de descarte dos produtos. Sabe, celular e conjunto de equipamentos que sobram na natureza. Nós aprovamos agora no Congresso e deve ser aprovada no Senado uma nova lei que regula isso, para que as grandes empresas possam fazer o descarte organizadamente, não como é hoje. É uma política que não é só dos catadores, é política da sociedade brasileira e nós, do movimento comunitário, temos o nosso papel. Além disso, lutamos contra outras coisas, por exemplo, a reforma urbana. Nós temos aqui o Estatuto da Cidade, que foi uma conquista nossa, coletamos um milhão de assinaturas e passamos dez anos lutando pelo Estatuto. Em 2001, o Estatuto foi promulgado, um instrumento jurídico importante na luta popular brasileira, que garante o direito de discutir a propriedade urbana. Porém, nós enfrentamos um outro problema que é a nossa influência do direito romano, que é a história da posse, então é muito mais complexo. A América do Sul toda é assim, a América Latina toda é assim, a influência espanhola e portuguesa com essa coisa do direito romano, que até hoje pega. Promotor, juiz, todos eles têm uma origem que não é, e dificilmente é, de origem popular. Qual é a visão deles? Eu não estou falando mal dos juizes e dos promotores, mas, eles na academia se formam para defender um certo patrimonialismo que não dá conta de resolver os problemas das populações. Esse patrimonialismo está à vista, é só olhar as construções que nós temos. Por exemplo, vamos para outra área, que não Direito. Como é que a Engenharia formou seus profissionais nos últimos 20 anos? Formou para ganhar dinheiro, a Medicina formou para ganhar dinheiro. Não vamos nem falar da Comunicação, como é que as universidades, a academia, na área de formação em Comunicação fazem? Criam novos acadêmicos para fazer uma disputa de uma sociedade, a mesma que está aí. Desiguais com iguais. Então, esse é o grande problema que nós enfrentamos hoje, as grandes lutas, que são lutas que a gente não consegue fazer com que chegue à população, essa é outra insuficiência nossa. As pessoas acham bonito, o jornalista bonito vai lá para frente da televisão, fala o que fala, tem uma barbinha legal,

bem aparadinha, e as pessoas acreditam nele. Quando, na verdade, ele está falando pelos interesses que estão atrás dele. Isso a gente não consegue, até hoje, separar. É pegar um exemplo clássico aqui da televisão brasileira hoje que é o tal do Big Brother. É um negócio fantástico, como as pessoas do povo não conseguem compreender que aquilo ali é uma fábula de ganhar dinheiro, um negócio monstruoso para ganhar dinheiro e tem uma parceria com as companhias telefônicas, que nos cobram, cobram de nós. Privatizaram, nos anos de 1990, a telefonia no Brasil e eles cobram uma conta caríssima de telefone celular hoje. O sistema de transporte no Brasil...então tem um conjunto de políticas que a gente precisa lutar. Afirmar direitos, continuar afirmando a democracia, direito das mulheres, são coisas novas para nós. Só estamos conseguindo fazer isso e avançar, porque tem um conjunto da sociedade brasileira que – ainda bem – não vê do mesmo jeito, que vê de forma diferente e acredita que a gente pode mudar. Eu falei muito em coisas muito empíricas, mas que são coisas importantes, que dão conta de fazer a diferença entre o que é patrimonialismo, quem defende o patrimonialismo, e quem são os excluídos, os do outro lado que lutam e, às vezes, nem sabem o porquê. A gente vai do *Big Brother*, a imprensa, a Arquitetura, a Engenharia e vai terminar onde? No judiciário que é onde tem as decisões. Quem é que se forma juiz tem dinheiro para estudar, normalmente, é herdeiro de uma terra lá no passado e, depois, que ele for juiz, ele vai virar desembargador, que vai ser nomeado por quem? Por alguém que faz a mesma política dele. Então, na verdade, nós temos as leis, mas ainda não conseguimos tomar o poder, de fato. Nós temos até um poder de direito, mas, de fato, quem comanda ainda são as oligarquias nacionais.

P – Você contou que têm várias formas de atuação, enfim, deve ter várias maneiras de se organizar para chegar ao resultado. Para exemplificar, você teve contato com algum caso, alguma ação recente? Como vocês trabalharam? Qual foi a polêmica quando vocês conseguiram mobilizar? Qual resultado chegou? Só para a gente exemplificar um pouco o que a gente está falando aqui de maneira mais empírica, mais geral.

R – Nós construímos uma política de habitação no Brasil que não tinha. Construímos via conferências das cidades o Movimento Comunitário Brasileiro junto com outras entidades do Movimento Popular, construímos o FNHIS, que é o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e construímos via FNHIS a possibilidade de que, além da gestão municipal, os Estados possam fazer casa popular. Também estamos nos habilitando para fazer a “casa popular”. Isso é uma inovação brutal. Primeiro, porque enfrentamos o lobby das grandes construtoras, segundo, porque as pessoas das comunidades não acreditam muito: “Pô, quem pode fazer casa também é o povo?” As pessoas têm essa coisa eternizada de que só quem pode fazer alguma coisa para o povo é quem tem. Então, essa é uma ação importante. Nós estamos construindo a casa popular, seja FNHIS, Crédito Solidário, Minha Casa Minha Vida, é um conjunto de programas que o Governo tem aí, que ele apresenta como pauta do Governo. Mas foi muito tensionado pelo movimento popular brasileiro, dizendo que nós precisamos de programas que atendam a baixa renda, nós queremos trabalhar de zero a três, nós queremos fazer casa para o povo. Porque quem tem dinheiro, quem tem condições, a primeira coisa que vai fazer quando ascende da classe baixa para a classe média, é se separar do povo. Então: “Não, eu não sou do povo, eu sou dos outros.” E a gente precisa criar as condições para quem ganha de zero a três também ter a sua casa, morar dignamente, essa é uma luta nossa. Construímos moradias, nós estamos trabalhando no Congresso agora para criar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Moradia, que é um instrumento importante. Nós achamos que, em 20 anos, a gente resolve o problema de habitação no Brasil, se a PEC for aprovada no Congresso. Essa é uma das nossas lutas. Nós também temos uma outra PEC importante, que é a PEC da Saúde, que já foi aprovada no Congresso, só não foi regulamentada, por quê? Porque os interesses poderosíssimos de laboratórios e hospitais não deixam que ela seja aprovada. Inclusive alguns gestores municipais e estaduais não gostariam que tanto a PEC da Moradia quanto a PEC da Saúde sejam efetivadas. Esse que eu falei, dos Resíduos Sólidos, é outro instrumento importante. Mas a gente pegou dois que são fundamentais, que é para nós o que resolve a vida das populações que precisam de atendimento, seja na área de saúde, seja na área de habitação. Então, nós estamos com duas lutas, além de outras que nós fazemos: a luta por comunicação democrática, importante para nós, é um foco importante, né? Quando eu falo da comunicação, do jornalismo, como é que ele é hoje no Brasil, nós estamos falando disso, nós queremos uma comunicação que seja nem para lá, nem para cá, mas que aponte, na verdade, um caminho. Não que leve para o caminho do estreitamento, do sectarismo, de criar dúvida na cabeça das pessoas, não. Nós criamos um jornalismo claro, transparente e que fale, na verdade, somente o que nós gostaríamos que falasse, não um jornalismo que fica mascarando as coisas, inventando, criando coisas. Eu queria falar sobre outra coisa, que é uma luta importante que nós precisamos também fazer. Aqui no Brasil nós temos um instrumento chamado Ministério Público, né? O Ministério Público, nós achamos, com todo o risco que eu vou correr aqui de dizer isso, é fundamental para as relações da sociedade brasileira com o cidadão, mas ele não pode ser usado hoje como instrumento de disputa política de, mais uma vez, massacrar o cidadão. Então, eu particularmente acho isso. Que qualquer um que chegue e que o acuse de alguma coisa, vai levar três, quatro anos para poder se defender de uma acusação que, às vezes, é até injusta. Muitas vezes tem justiça, mas não pode ser assim, nós precisamos mudar isso, as acusações precisam ser formalizadas e com prova. Não dá para ficar gritando: “O Thiago Majolo fez isso e o Thiago vai ficar cinco, seis anos sendo prejudicado por uma coisa que ele não fez, que ele não passou nem perto.” Mas, como alguém disse: “Vamos acusar o Thiago, porque ele é meio para o lado de lá”. Isso não está bem, nós precisamos regular melhor essa relação e eu tenho falado isso na nossa confederação, acho importante que a gente fale, alguém tem que verbalizar isso, entendeu? Porque também as pessoas têm receio, né? Nós usamos um regime democrático pleno. Quase que pleno, olhando assim. Agora, vai olhar para as suas setorialidades, e vê que não é assim. No caso do Ministério Público, o que nós tínhamos na ditadura era perseguição oficializada pelos milicos, agora, nós temos na democracia uma coisa meio que perseguidora de quem luta. Por exemplo, se vemos a criminalização dos movimentos, tanto o movimento urbano nosso, que faz uma ocupação urbana, ou rural, do Movimento dos Sem Terra (MST), que faz ocupação rural, somos procurados o tempo inteiro para saber o que estamos fazendo, o que estamos inventando. Quer dizer, nós ocupamos muita área nos anos de 1990, tenho prazer em dizer

isso, porque as pessoas tinham dificuldade de moradia. Ocupamos a Grande São Paulo, Brasília, em todos os lugares nós ocupamos áreas, porque não tinha política e tinha dinheiro para quem tinha condições de financiar. E isso nos criou enormes problemas, você é perseguido, requisitado para dar explicação da área, por quê? Porque ali têm interesses difusos, que a gente não sabe de quem é, mas que pressiona o judiciário a chamar para dar explicação de uma coisa que já aconteceu há dez, vinte anos.

P – E como você chegou na Aliança Internacional de Habitantes (AIH), como é que foi que se deu esse contato?

R – No final dos anos de 1990, tinha essa dificuldade que nós estamos falando. A Europa também tinha dificuldades na área de habitação, tinha um sentimento geral na América Latina de que, do jeito que estavam, as coisas não iam funcionar. Em Madri, no ano de 2001, surgiu a primeira possibilidade do debate. Em 2001, o Edmundo, que era o nosso diretor de relações internacionais, recebeu esses contatos de Cesare Ottolini e outros companheiros e companheiras que estavam tentando formar a Aliança. Nós tínhamos uma relação internacional com a Fecop, que é a Frente Continental de Organizações Populares, e, a partir da Fecop, essa relação internacional na América Latina e essa deficiência que surgiu muito forte na Europa, terminaram possibilitando que ajudassem a construir a Aliança. Acho que devo ser um dos fundadores da Aliança. Em 2002, eu virei diretor de relações internacionais da Conam, e, quando a gente criou a Associação de Moradores do bairro onde eu morava, eu achava que a luta não podia ser a luta individualizada, que tinha que ser uma luta coletiva, a luta por moradia não podia ser só do povo brasileiro. Ela tinha que ser uma luta internacional, do lutar contra as Olimpíadas, não que eu seja contra as Olimpíadas, mas que as Olimpíadas não sejam para retirar as pessoas de onde estão morando e jogar lá, para fora das cidades, né? Então, a partir dali, estou falando da compreensão geral disso, da forma do Estado no mundo, sabe? O Estado italiano, o Estado espanhol, como é que tratavam as questões de moradia. Nós achamos importante criar, tanto é que criamos a Campanha do Despejo Zero e estamos trabalhando nela, fizemos campanha. Todos os anos tem uma campanha do Despejo Zero e nós estamos tentando firmar. Por que a campanha tem dificuldades? É aquilo que eu falei no início, o problema do direito romano que se sobrepõe à história da propriedade e se sobrepõe à nossa luta. Mas nós continuamos acreditando que a Aliança é o grande instrumento para que a gente possa, de forma internacional, tentar ir resolvendo os problemas das comunidades, das pessoas que moram em áreas irregulares. Eu tenho exemplo agora, no Ceará, o Governo autorizou a construção de um shopping center numa área que não podia construir, numa área de preservação. Está construído o shopping. O povo foi e ocupou uma outra área de preservação também. O que está acontecendo com o povo? Eles querem despejar o povo e não despejam o shopping center. Quer dizer, essa falta de equidade no tratamento de forma igualitária das coisas é que nos preocupa. Santa Catarina, Florianópolis, não sei se vocês conhecem Florianópolis, também tem esses exemplos. Os caras construíram um grande shopping e a população que tentou morar na orla, como os shoppings têm os seus negócios, foi impedida e expulsa. É só pegar o exemplo brasileiro. Toda orla brasileira é de propriedade do Governo Federal, da Marinha Brasileira, do Exército, é de alguém, porém ela é ocupada por enormes mansões que fazem condomínios fechados, com atracadouro e tudo nas suas casas. As pessoas das comunidades se fizerem uma casa, um, dois, três barracos, eles são enxotados dali naquela hora. Quer dizer, então o problema não é de propriedade, o problema é de visão de mundo, que mundo nós criamos ou queremos? Quer dizer, o rico que tem dinheiro pode fazer a casa ali. Vou pegar o exemplo da represa Billings em São Paulo, a represa é cheia de condomínio fechados, tem duas ou três ocupações populares que vão ser enxotadas de lá. Por quê? Porque quem autoriza a desapropriação das áreas é um juiz. Que visão o juiz tem? Por exemplo, pegar o caso do ex-ministro da Indústria e Comércio do Brasil, que é o dono da Perdigão, ele mora ali no Alphaville, que é uma área da União, ele mora num condomínio fechado, maravilhoso. Agora, as pessoas que forem para a área da União ali naquela área, serão tiradas de lá. Então, acho que o papel da Aliança, voltando que eu me perco um pouco, me empolgo com essas coisas, mas o papel dela é esse: que a gente possa ter esse instrumento fundamental. Não só de denúncia, porque a Aliança não vive só de denúncia, ela vive também de ações concretas, dessas campanhas internacionais, da visibilidade pelo mundo. Eu me sinto muito satisfeito hoje de ter participado desse processo, de ajudar a construir esse processo, que é fundamental para os destinos da humanidade. Nós estamos jogando um papel, e eu digo nós porque eu me sinto dentro da Aliança pela minha Confederação, por tudo que ela, as dificuldades que tem, inclusive o de deslocamento financeiro, essas coisas, para funcionar. Particularmente, como pessoa, acho que a gente deu uma grande contribuição. Porque sempre tinha aquela questão que na Europa tudo é diferente, tudo é melhor e aqui tudo é pior. Não. Nós temos a mesma dificuldade na área de habitação que tem os europeus, talvez em grau diferenciado, isso é verdade, mas que tem dificuldades como nós temos aqui, não tenha dúvida nenhuma.

P – Nas organizações nas quais você trabalha, tem um tipo de programa multiplicador ou então programas de formação, para ensinar as pessoas mais novas, essa coisa de passar o bastão. Como é que funciona isso?

R – Olha, eu fico alegre de responder essa pergunta, porque essa é a nossa grande preocupação hoje. Nós precisamos renovar nossas lideranças e esse negócio não é uma coisa tão simples. Primeiro, porque tu tens que ter os mecanismos que aproximem os jovens. Mecanismos que, como tu és de uma outra geração, quer dizer, as coisas que tinham um valor, neste

momento, talvez não tenham o mesmo valor. Eu pego um exemplo: as pessoas gostam de hip-hop, o povo de hoje gosta do hip-hop. Certamente tu gostas de hip-hop, né? Têm visões diferentes sobre isso. Por exemplo, eu sou de um outro tempo, eu sou de um tempo que era número um valorizar a música brasileira, a Música Popular Brasileira. Neste tempo, juntávamos gente com isso. Hoje não junta mais; tu colocas uma música popular brasileira, tem mais dificuldade de fazer. Mas o hip-hop junta gente. Eu fiquei admirado que o Guns N'Roses, acho, estava em Porto Alegre. O Guns colocou milhares de jovens, mas milhares de jovens na fila, três, quatro, cinco horas. E os jovens não são contemporâneos do Guns N'Roses, eu é que sou! Está entendendo? Qual é o mistério que tem que o Guns N'Roses consegue até hoje trazer para os jovens e nós, no movimento, que lutamos por eles todos, inclusive, por mais segurança, por mais escola, por mais isso, mais aquilo, o nosso discurso não chega nessas comunidades, compreende? O Guns N'Roses, com a música, que é ultrapassada, velha, tudo mais, eu gosto, estou falando aqui, porque eu estou tentando separar as coisas, entende? É uma música, acho legal, curti muito, num período. E aquilo também juntava gente além da Música Popular Brasileira. Agora, como é que eles conseguem, qual é o mistério que tem aquele que canta que deve ter 100 anos e ele consegue atrair os jovens. Eu não tenho cem anos, tenho 50; e com esse discurso aqui que nós estamos fazendo com essa conversa, a gente não consegue atrair o jovem. Nós precisamos mudar. Eu acho que precisamos criar, e a gente pede ajuda internacional, um instrumento que ajude a juntar os jovens. Como é que a gente faz para juntar, para ter valores... Eu sou do tempo que lutava contra a ditadura; esses aqui não precisam lutar contra a ditadura. Esses aqui acham que tudo é assim, que tudo é do mesmo jeito e tudo mais. A gente sabe que não é assim, que tem diferença, por exemplo, para mim, entre direita e esquerda. Para o jovem de hoje, ele olha assim: "Ah, é tudo a mesma coisa." E não é, entendeu? Esses valores, esses princípios é que tem nos criado muita dificuldade. Eu peguei um exemplo mas podia pegar outro, entende, que junta jovens. Os caras são veteranos, nada contra veterano, muito pelo contrário, legal, no entanto, nós que estamos aqui na luta do dia-a-dia com sol, com chuva, com vento, com tudo, nós não conseguimos juntar a juventude. Mas nós temos trabalhado sim, só para finalizar, muita essa coisa da renovação. E a renovação, às vezes, tem um problema, esse que talvez seja o maior problema, além desses todos que eu nomeei aqui, o problema é que, na verdade, tem um conflito de geração. Assim como tens com o teu pai e tua mãe que são de uma geração e tu és de outra, tens outros valores, a mesma coisa é no movimento social. Nós não conseguimos fazer a reprodução linear, olha, saiu o Valério entra o outro, saiu o Thiago entra outro e assim por diante. Não é. Nós precisamos lutar muito para achar uma liderança nova. Nós precisamos correr muito atrás da máquina; temos feito formação, chamada, capacitação. Isso também é uma coisa importante, que essa renovação não pode se dar só nos movimentos, nos partidos políticos também, nos partidos políticos em geral. E eu não estou falando deste ou daquele, mas, em geral, os partidos políticos não conseguem fazer a renovação, eles têm muita dificuldade de renovação e o que tem de renovação é de baixa qualidade política. Se os partidos políticos que são um instrumento importante da luta, que têm todo o aparato organizacional e, além disso, tem estrutura para isso, não conseguem, nós do movimento temos uma imensa dificuldade de reproduzir. Nós ficamos puxando, arrastando, mas nós precisamos encantar, reencantar, a juventude para que ela possa fazer isso que estamos fazendo aqui. Não é pouco fazer um fórum desta dimensão aqui, não é pouco fazer o Fórum Social Mundial, não é pouco manter a Conam, não é pouco manter a Aliança, não é pouco manter nossos instrumentos de luta, mas isso tudo ainda não foi suficiente para encantar uma juventude que precisa renovar. Renovar as idéias e renovar as lideranças efetivamente.

P – Você falou do Fórum, agora qual a sua opinião de eventos dessa magnitude que atrai gente do mundo inteiro, quais você acha que são os grandes pontos fortes dele e os fracos e o que ele pode levar? Enfim, vamos desenvolver um pouco.

R – Veja bem, o Fórum Urbano, na verdade, é um espaço importantíssimo. Eu não sou daqueles que acham que aqui é um negócio que vamos nos juntar e ficar batendo palmas para os outros. A troca de experiências é importante, isso nos aproxima, isso tem nos aproximado no último período, inegavelmente. Todos na mesma pauta, podemos ter divergências na base dessa discussão, mas a discussão mais geral nos aproxima, todos nós queremos construir um outro mundo que não é esse aí. Pegando o gancho do Fórum Social Mundial, um outro mundo é possível, e isso só vai ser possível se a gente puder ter este espaço para que possamos trocar idéias, afirmar coisas, debater, divergir e avançar. Eu sou defensor dessa proposta, eu não vim para passear no Rio. Eu acho que esse é o espaço mais importante de criação e de ajudar a transformar o mundo. Acho que é um momento histórico isso que a gente vive aqui. Cada momento que se reúne nesse Fórum Urbano é um momento histórico de troca de experiências. Nós avançamos muito na questão do meio ambiente, nas cidades. Não é pouca a tarefa desses fóruns e eles não são resolutivos, não tem uma resolução aqui: "Bom, a partir de hoje nós somos todos de um jeito." Não, cada um volta para o seu país, cada um volta para a sua cidade e lá, com tudo o que aprendeu, com tudo o que viveu ou com o pouco que aprendeu aqui, ele produz experiências importantes lá na sua base, seja na gestão, seja na luta popular. Todos nós, de alguma forma, até aqueles que a gente olha assim: "Parece que o cara veio passear aqui." Ele de alguma forma aprendeu e, talvez não reconheça, mas nós reconhecemos como importante esse espaço de disputa na sociedade. Porque, na verdade, aqui é um espaço de disputa, aqui tem uma parte da sociedade que se interessa por nós, não são todos que estão aqui. A parte que se interessa pela sociedade, por um mundo mais justo, mais igual, se vê aqui. Talvez até os que não achem isso passem por aqui, mas maciçamente aqui estão os que acreditam num mundo mais igual, sem muitas diferenças. Porque também muito igual não dá, tem que ter algumas divergências para a gente poder...

P – Deixa eu te perguntar, a gente trabalha muito no Museu com entender um pouco a história, a partir de histórias, exemplos, descrições de casos, né? E você deve ter visto muito ou presenciado ou vivido essa discriminação ou esse preconceito ou

qualquer problema por causa da moradia. A gente estava na Rocinha ontem, só se falava: “Não, por eu ser favelado, eu sofro muito preconceito e assim, assim, assado”. Eu queria que você contasse uma história ou o caso de alguma coisa que você viu ou presenciou ou viveu sobre o problema de moradia.

R – Não sei se entendi a sua pergunta, mas, primeiro, o preconceito é porque nós somos de associação de moradores. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, eles condenaram o movimento comunitário, todo ele, dizem que é uma parte da sociedade que não está na sociedade formal. No Rio Grande do Sul, em outros Estados no Brasil, nós ainda lutamos para estar na sociedade formal. Isso cria uma dificuldade, que é a seguinte: nós enfrentamos preconceito, muito preconceito. Hoje não. Nos anos de 1990 e nos anos de 1980, isso era visível. Hoje talvez ele esteja um pouco mais mascarado, mas muito mais pela nossa luta política, por exemplo, eu sou comunitário e negro, quer dizer, isso não é uma coisa simples, quando tu entras num avião, as criaturas ficam olhando para ti assim, de forma estranha, porque eu não ando bem vestido, porque é o meu jeito, eu sou do povo, né? Tu sentes isso, tu sentes essa dificuldade com a justiça. Tu vais num embate, o advogado bonito lá de gravatão e tu vais assim – de bermuda não pode – mas vai de calça e sandália, toda a razão para o cara de gravata e nenhuma razão para o sem gravata, entende? Por mais que eu tenha 100% da razão do que eu estou discutindo. A verdade, a razão está com o cara que está com a gravata bonita. Eu não estou me lembrando aqui agora, mas tem vários casos de discriminação. Por exemplo, com relação ao Ministério Público, isso que eu falei antes, nós já encaminhamos várias reclamações ao Ministério Público, mas fui eu que encaminhei, em nome da minha entidade, e não sou nem recebido! O assessor do promotor diz: “Não, esse aqui não é...” Por quê? Porque ele olha para ti: um negro, pobre e vem aqui reclamar. Entendeu? Na mesma proporção é como trata na justiça, os casos judiciais. Cada vez que tu vais para a justiça, tu tens um tratamento diferenciado. Isso por quê? Porque o outro ali está bonitinho e ajeitado e eu não estou ajeitado, não estou bonito. Mesmo que eu bote uma gravata, eu sou negro! Não adianta eu botar a gravata que não vai resolver o meu problema, entende? Então, na verdade, quando a gente trata disso, nós tratamos de duas discriminações bem reais aqui. A forma como a sociedade vê a gente, vê o movimento e a forma também como vê as pessoas que fazem parte desse movimento. Eu tenho muita consciência disso, já passei por muitas experiências, pena que eu não tenho nenhuma aqui bem real, que eu me lembre aqui, e até se eu contar aqui, isso vai criar um problema para as pessoas, mas foi justamente isso que aconteceu. Mas isso tem mudado, viu? No Brasil, mudou nos últimos dez anos, tem mudado, não é pouco nós estarmos aqui, conversando, essa é uma parte disso, né? Uma parte de reconhecimento da luta que todos nós fazemos. Não sei como que é no mundo, porque eu já andei em alguns lugares do mundo, senti que tem uma diferença bem grande, mas é uma das coisas que faz parte da nossa luta. Lutar contra a discriminação seja qual for, nós precisamos que as pessoas sejam respeitadas, independente do seu pêlo, da sua origem e sua etnia.

P – A última pergunta, Valério, finalizando, qual é mesmo o seu sonho, sua missão pessoal seja para a luta ou seja para a sua missão pessoal.

R – A missão pessoal que eu posso ter... Eu tenho três filhos e quero para eles – mesmo que não tenham essa consciência, eles até respeitam a minha luta, e eu faço isso para lutar por eles – um mundo melhor, não só para eles, para todos. Essa é a minha grande missão pessoal: que a gente tenha um mundo melhor para todos e que nesse mundo melhor, a gente possa incluir os meus três filhos, que são moços: um tem 26, outro tem 24, outro tem 20 anos. A minha missão pessoal é que eles não tenham as dificuldades que eu passei, eu sou que nem diz o Belchior: “Eu sou um cara que veio do interior, sem amigos importantes.” Entendeu? Eu saí do interior, de uma área que é muito dura, com relação a tudo: emprego, escola, discriminação, tudo. Pobre negro, tu imaginas... E vem para uma cidade grande, mesmo assim tem os problemas, mas tem uma outra visão de mundo. Os meus filhos já tiveram sorte, nasceram e se criaram na cidade grande, só que já enfrentando essas mazelas dos nossos tempos. O que a gente quer? Nós queremos um mundo melhor para todos, para todos, indistintamente. Diferentemente da burguesia que quer um mundo cada vez melhor só para ela. Nós queremos um mundo, inclusive para a burguesia. Primeiro para nós do povo e, depois, para eles, que esses miseráveis vivam bem também.

P – A gente agradece muito em nome do Museu e da Aliança, pela entrevista, obrigado.

R – Valeu? Eu não disse muita bobagem aí?

P – Não. (risos)